

A POLÍTICA DOS HUMANOS E A POLÍTICA DOS INSETOS SOCIAIS

THE POLITICS OF HUMANS AND THE POLITICS OF SOCIAL INSECTS

*Hugo de Carvalho Ferreira**

Cite este artigo: FERREIRA, Hugo de Carvalho. A política dos humanos e a política dos insetos sociais. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.17-27, maio. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Maio. 2018.

Resumo: O presente explora de que modo determinadas relações entre humanos e animais podem ser estabelecidas e assim servir de comparação e gerar narrativas de mútua influência entre os mesmos. Mais especificamente, aborda-se o assunto com base em uma fonte antiga e frequente de comparações com os humanos, a saber, os chamados insetos sociais. Provavelmente por sua proximidade com alguns grupos humanos (enquanto animais domésticos), pela divisão social do trabalho e pela presença marcada de hierarquia, estes animais foram e são largamente usados como elemento de comparação para as sociedades humanas. Dito isso, pretende-se aqui ilustrar como os insetos sociais foram pensados e utilizados retoricamente de diversas maneiras pela política dos humanos, para em seguida discutir algumas questões como a fronteira entre humanos e animais, o especismo e a defesa dos direitos dos animais.

Palavras-chave: Antropologia e natureza; Antropologia social; Insetos sociais.

Abstract: This article discusses the ways some human-animal relations are established and generates comparisons of mutual influence between both humans and animals. Specifically, it explores the subject taking as example an ancient source of comparisons, the so-called social insects. Probably for its proximity with humans (as domestic animals), for the social division of labor and for a remarkable hierarchy, these animals were and still are used as elements of comparison for human societies. That said, this article illustrates how social insects were thought and used rhetorically in many ways by human politics, and thereafter approaches questions as such the boundaries between humans and animals, speciesism and the animal rights.

Keywords: Anthropology and nature; Social anthropology; Social insects.

1. Introdução

Vai ter com a formiga, ó preguiçoso; olha para os seus caminhos, e sê sábio. Pois ela, não tendo chefe, nem guarda, nem dominador, prepara no verão o seu pão; na sega ajunta o seu mantimento. (Provérbios 6:6-8)

No capítulo *A natureza imoral* (1992), o famoso biólogo e paleontólogo estadunidense Stephen Jay Gould (1941-2002) relata uma curiosa polêmica epistemológica durante o século XVIII. Sabia-se que as vespas pertencentes ao grupo dos iquineumonídeos depositam seus ovos no interior de lagartas e, com a eclosão dos ovos, as larvas das vespas devoram seu hospedeiro de maneira eficiente, ou seja, consumindo as partes menos vitais até um determinado ponto em que a lagarta se encontra imóvel, oca e eventualmente morre. Esse fenômeno era descrito em termos de sadismo, crueldade e tortura, e assim a questão era: se Deus é o criador de todas as criaturas, de onde viria tamanha malignidade para projetar tal comportamento? Gould conclui que se trata da simples projeção de nossa própria ética e moral sobre as coisas do mundo, ou seja, os fenômenos naturais apenas são, e os juízos de valor não seriam mais do que interpretações por parte dos humanos.

Se por um lado existe um vocabulário social aplicado aos fenômenos naturais, não há dúvida de que o oposto também é válido. Estamos demasiadamente familiarizados com a gama de adjetivos “animalescos” que podemos usar de maneira hostil: “vaca”, “galinha”, “porco”, “baleia”, “verme”, “macaco”, “rato”, “cobra” (limitando-se à língua portuguesa). Nota-se que esses termos cobrem questões relevantes como raça, gênero, hierarquia e classes. Com isso, vê-se a relevância do modo em que categorias “naturais” são trazidas e utilizadas no cotidiano político e social. Mais do que isso, sendo as sociedades ocidentais predominantemente naturalistas – de acordo com a classificação das ontologias de Descola – (cf. Descola, 2013), os fenômenos naturais servem frequentemente como fundamentação retórica. Com efeito, é comum o emprego de argumentos do tipo “as mulheres são mais emotivas *por natureza*” ou “alguns povos são mais inteligentes do que outros *por natureza*”. Basta prestar atenção na linguagem utilizada em debates e argumentos atuais para perceber como as coisas da natureza e comportamentos animais são interpretados e utilizados retoricamente.

No entanto, é preciso perceber que o efeito dos termos acima citados (“vaca”, “galinha” e etc.) possui uma relação com a familiaridade entre esses e os humanos. Afinal, não parece comum xingamentos através de termos como “ornitorrinco” ou “água-viva”. Em última análise, um efeito “xingamento” ou “elogio” só é possível quando há uma relação de comparação entre duas categorias. De fato, é curioso notar que o termo “macaco” seja usado como ofensa racial e provavelmente tenha seu efeito com base na proximidade evolutiva entre humanos e macacos, sendo os últimos situados em uma posição inferior em relação aos primeiros de acordo com uma visão de senso comum (e gradista) da evolução.

Nesse sentido, o presente artigo busca explorar de que modo determinadas relações entre humanos e animais podem ser estabelecidas e assim servir de comparação e gerar narrativas de mútua influência entre os mesmos. Mais especificamente, aborda-se o assunto com base em uma

fonte antiga e frequente de comparações com os humanos, a saber, os chamados insetos sociais – sobretudo as abelhas e formigas. Esses seres fazem parte do imaginário humano desde longa data. Provavelmente por sua proximidade com alguns grupos humanos (enquanto animais domésticos), pela divisão social do trabalho e pela presença marcada de hierarquia, esses animais foram e são largamente usados como elemento de comparação para as sociedades humanas. Com efeito, esse é um tema aprofundado pela socióloga estadunidense Diane Rodgers, que, em seu livro *Debugging the link between social theory and social insects* (2008), investiga o modo em que a entomologia influenciou e foi influenciada pela teoria social. Ao mesmo tempo em que se utiliza um vocabulário humano para descrever a vida destes insetos – “castas”, “soldados”, “rainha”, “operárias”, “guerra”, “escravidão”, “trabalho” –, esses por sua vez foram vistos como modelos (positivos e negativos) para as sociedades humanas, ou ainda como portadores das leis naturais da socialidade (tal qual lido pela sociobiologia).

Dito isso, pretende-se aqui ilustrar como os insetos sociais foram e podem ser pensados e utilizados retoricamente de diversas maneiras pela política dos humanos, para, em seguida, discutir algumas questões como a fronteira entre humanos e animais, o especismo e a defesa dos direitos dos animais.

2. Os (outros) animais políticos

No livro *Fedão*, ao discursar sobre a reencarnação das almas nos corpos de diferentes naturezas, Sócrates diz:

- É o seguinte: as que eram dadas à glotonaria, ao orgulho ou à embriaguez desbragada, entram naturalmente nos corpos de asnos e de animais congêneres. Não te parece?

-Falas com muita propriedade. As que cometeram injustiças, a tirania ou a rapina, passam para a geração dos lobos, dos açores e dos abutres. Para onde mais podemos dizer que vão as almas dessa natureza?

-Não há dúvida, respondeu Cebete; é para esses corpos que elas vão.

- E não é evidente, continuou, que o mesmo se passa com os demais, por se orientarem todas elas no sentido de suas próprias tendências? É claro, observou; nem poderia ser de outra maneira. Logo, disse, os mais felizes e que vão para os melhores lugares são os que praticam a virtude cívica e social que dominamos temperança e justiça, por força apenas do hábito e da disposição própria, sem a participação da filosofia e da inteligência. Por que serão esses os mais felizes? Por ser natural que passem para uma raça sociável e mansa, de abelhas, vespas ou formigas, ou até para a mesma raça, a humana, a fim de gerarem homens moderados. Sem dúvida. (PLATÃO, *Fedão*)

Não há dúvida de que, para Sócrates, os insetos sociais estão nos postos mais elevados da cadeia animal no que tange à ética e moral (o cume, é claro, está reservado para os humanos). E, com efeito, uma perspectiva semelhante é encontrada também no filósofo grego Aristóteles. Segundo Aristóteles, os insetos sociais, assim como os homens, estão incluídos na categoria de animais políticos, ainda que o homem se destaque em razão de sua maior complexidade e desenvolvimento linguístico (THOMAS, 1988). Assim como Platão, Aristóteles remarca o aspecto

político dos insetos sociais – a negociação, guerra, aliança, governo – e no qual o homem político pode de fato se inspirar (MORLEY, 2007).

Essa tradição se estende até a Roma Antiga. Ainda que houvesse um debate em relação a que grau a política humana poderia ser comparada à dos insetos, o caráter social e político desses insetos era consensual. Plínio, famosa referência histórica no contexto romano, disse que “as abelhas mostram que a dominação da sociedade pela parcialidade e interesse próprio de alguns poucos não é inevitável” (MORLEY, 2007, p.463). A colmeia era um modelo desejado de reinado e de fato ilustrava as bonanças da verdadeira lealdade dos súditos com o rei. Plínio escreve que o rei-abelha (hoje diríamos “rainha”) é acompanhado e carregado quando sai do ninho, e as demais abelhas lamentam quando o rei morre. O rei-abelha era o modelo ideal de governante, supervisionando e distribuindo as atividades da colmeia, legislando e agindo conforme as leis, bem como sendo dotado de clemência. Dizia-se, as abelhas apresentavam liderança, corte, servos, e os vícios eram condenados em prol do trabalho, e, com efeito, a colmeia era vista não apenas como uma sociedade humana, mas como Roma em miniatura, apresentando sua própria constituição, funeral, eventos artísticos, entre outras categorias usualmente entendidas como humanas e sociais (MORLEY, 2007).

3. Monarquia e liberalismo

De acordo com o historiador inglês Keith Thomas (1988), na Inglaterra dos séculos XVI, XVII e XVIII, eram frequentes as comparações entre as sociedades de insetos e de humanos. Havia admiração pelas sociedades de insetos e um claro elogio à presença de monarquia, hierarquia e divisão do trabalho. Por isso mesmo, não era difícil imaginar que abelhas e formigas serviam de exemplos e metáforas para justificar o reinado e a sociedade pré-moderna dividida em “castas”. Entretanto, havia uma fronteira clara entre a sociabilidade dos homens e dos animais. Nesse contexto histórico, Thomas Hobbes foi provavelmente o maior ícone de uma separação absoluta entre a política dos homens e das abelhas. Tendo a obra de Aristóteles como adversário, Hobbes dedica algumas páginas em sua obra para argumentar o caráter errôneo da aplicação da metáfora da colmeia para a política humana (BENITO, 2013). Dentre outros fatores, Hobbes defende que as abelhas são irracionais e sua socialidade é natural, ao passo que a política humana é artificial, fruto da razão e do intelecto. No entanto – e esse é o ponto interessante –, Hobbes entendia as colmeias enquanto coletivos perfeitamente harmônicos. A monarquia é, de fato, o melhor modelo: porém, no caso dos insetos sociais, a monarquia é regida por leis naturais, ao passo que, na política humana, pela razão.

Em 1714, também no contexto inglês, Bernard de Mandeville publica a famosa *Fábula das Abelhas* (1994), onde se conta a história de uma colmeia próspera e rica em que os indivíduos se entregavam aos prazeres mundanos ao mesmo tempo em que trabalhavam arduamente para conquistá-los. Todos eram egoístas e mesquinhos, mas a colmeia florescia. Em um dado momento de mudança, acaba-se com os vícios e se fundamenta a colmeia na virtude e na honestidade. Resultado: a economia colapsa, muitas abelhas migram, e a colmeia se torna vulnerável politicamente. Em outras palavras, pode-se notar que as abelhas são utilizadas metaforicamente

por Mandeville para justificar a importância dos vícios e da ganância individuais para o bem-estar da sociedade. Em suma, e conforme o título original da fábula, “Vícios privados, benefícios públicos”. Obviamente, trata-se de um manifesto liberal, defendendo a importância econômica do individualismo em oposição a uma monarquia moralista. A obra causou polêmica, e, pode-se dizer, tese dos benefícios do egoísmo individualista ainda tem grande atualidade no século XXI.

Alguns anos mais tarde, em 1734, o poeta inglês Alexander Pope evocaria os insetos sociais para sua defesa da monarquia, mas com uma interessante ressalva em relação aos direitos individuais de propriedade:

Aqui trabalho e cidades subterrâneas vêm;
 Lá cidades aéreas sobre a árvore tremulante;
 Aprenda cada o gênio e as políticas de cada pequeno povo;
 A república das formigas e o reino das abelhas;
 De que modo os comunais conferem sua riqueza
 E a anarquia sem confusão conhecem
 E ainda que a monarquia eterna sobre estes reinem
 Seus favos e propriedades mantêm [1]. (POPE, [1734] 1879) [Tradução do autor]

Já na França, a partir da revolução de 1789, estudiosos de insetos sociais passaram cada vez mais a se referir aos coletivos de formigas e abelhas enquanto repúblicas ao invés de monarquia (DROUIN, 2005). Como se sabe, algumas espécies ou grupos de formigas lutam (ou fazem “guerra”) entre si e capturam os indivíduos ainda em estado de pupa que, ao eclodir, mesclam-se com seus captadores enquanto castas de trabalhadores – ao que muitos especialistas se referem como “escravidão”. Além disso, a marcada distinção entre trabalhadoras e rainha era vista como um sinal de um sistema social atrasado baseado na hierarquia e vassalagem em oposição aos ideais iluministas em vigor. Assim, nesse contexto histórico, os tão admirados insetos sociais também passaram a ser vistos como seres abomináveis e injustos (DROUIN, 2005).

4. A opressão coletiva e a solidariedade entre indivíduos

Em 20 de junho de 1908, publicou-se uma matéria em um jornal australiano de caráter conservador – *The Advertiser* – e o tema era nada menos que o socialismo entre as abelhas. A matéria foi baseada nas conclusões do naturalista francês Gaston Bonnier (mais conhecido por seus estudos sobre biologia floral e a flora francesa), o qual apontava para um mal-entendido em relação ao caráter monárquico das abelhas. Ao contrário de uma aristocracia opressora, para o naturalista as rainhas mais parecem “escravas”, tendo suas vidas exauridas pela sua função reprodutiva. Mas abelhas operárias também sofrem com o trabalho árduo e, uma vez que sua eficiência produtiva diminui, essas são relegadas às tarefas de “enfermeira” com o cuidado dos indivíduos imaturos. Quando exaustas para essa função, finalmente, as operárias se retiram do ninho e se encaminham para morte. Caso o ato não seja realizado voluntariamente, outras abelhas

se encarregam da tarefa de “expulsar” as abelhas mais velhas. Na colmeia “não há lugar para velhos e fracos”. Assim, conclui-se que as colmeias são altamente inteligentes enquanto coletivos, mas pouco inteligentes individualmente. Os indivíduos fazem aquilo que são ordenados. Em poucas palavras, entende-se as colmeias enquanto um exemplo de “coletivismo sem individualidade”, sendo os últimos meras engrenagens de uma máquina, e conclui que, se a humanidade percorrer o mesmo caminho para manter sua ordem social, isto causaria aos homens vontade de enxamear para outro planeta (THE ADVERTISER, 1908).

Se anteriormente foi discutido como as colmeias podem ser vistas enquanto opressoras da liberdade individual, em *Ajuda mútua: um fator de evolução* ([1902]; 2009) o escritor russo Piotr Kropotkin (1842 – 1921) fornece uma leitura completamente distinta. Os insetos sociais (e não apenas as abelhas) são individualmente inteligentes, e a harmonia e organização coletiva não são fruto de coerção ou interesse individual inconsciente, mas sim da cooperação racional: “As formigas e as térmitas renunciaram à ‘guerra hobbesiana’ e passam muito bem, obrigado” (KROPOTKIN, 2009, p.27). Ao contrário da opinião mais comum, esses insetos não são guiados por um instinto implacável, mas pela inteligência, cooperação e confiança mútua. Mais do que isso, esses são aptos a responder criativamente aos imprevistos. Por fim, deve-se ressaltar, trata-se de seres sobretudo pacíficos:

As sentinelas que guardam a entrada da colmeia matam sem piedade as abelhas ladras que tentam entrar; mas aquelas forasteiras que chegam à colmeia por engano não são molestadas, principalmente se vierem carregadas de pólen ou se forem indivíduos jovens, mais fáceis de rechaçar. Não há luta além da estritamente necessária. (KROPOTKIN, 2009, p.29)

Portanto, ainda que ambos apontem para um caráter “socialista” das colmeias, é curioso perceber como é possível retratar dois universos distintos. De um lado, um coletivo opressor e a obediência cega dos indivíduos; do outro, a solidariedade entre indivíduos dispostos a cooperar para um bem comum.

5. O gênero dos insetos sociais

O caráter matriarcal (com dominância feminina) das abelhas, formigas e vespas foi certamente um problema a ser enfrentado ou ignorado por parte de escritores e filósofos (em sua maioria, homens). No artigo de Prete (1991), ilustra-se uma emergente literatura por parte dos criadores de abelhas na Inglaterra dos séculos XVI e XVII. Ao que parece, um desafio para a época era explicar o processo de reprodução das rainhas, pois seria admitir que a casta real é obtida através do cruzamento com os indivíduos comuns ou trabalhadores. Também seria admitir que o papel masculino é reduzido à pura fecundação e conseqüente extermínio dos machos, atestando o controle absoluto da colmeia por parte das fêmeas. Em resumo, o sistema matriarcal e o cruzamento entre rainha e trabalhadores parecia simplesmente irreal para esses observadores.

Com a literatura científica em consolidação, os debates se tornaram mais técnicos e acirrados, e outros escritores vieram em defesa dos machos. Em 1722, escrevia-se: “[zangões] não são apenas de absoluta necessidade para a existência da colônia de abelhas, mas também para o

seu bem-estar”, e ainda, "obedientes servos da colmeia [...] especialmente no grande momento do cortejo” **[2]** (PRETE, 1991, p.137). Em 1744, argumentava outro escritor de forma mais radical: “por que deve a fêmea ser coroada com honrarias [...] ao passo que os machos são degradados, subjugados [...] e assassinados sem misericórdia? Ou teriam os cavalheiros se esquecido que o gênero masculino é mais importante que o feminino?” **[3]** (PRETE, 1991, p.139). E, por fim, defende que a rainha seria “a mais odiosa e abominável prostituta [*whore*], com galanteadores às centenas” (PRETE, 1991, p.139). É evidente que esses comentários demonizam as relações de gênero e dominância feminina nas abelhas.

Podemos agora comparar o trecho acima com o que uma *autora* pensa sobre as abelhas. Em 1909, em defesa das mulheres e contra o patriarcado de então (e ainda vigente), a escritora, socióloga e feminista estadunidense Charlotte Gilman (1860 – 1935) lançava mão do imaginário apiário:

Governança por mulheres [...] significaria cuidado, provisão, educação. Nós temos que nos aprofundar em qualquer exemplo de organização matriarcal, e nós a encontramos nos himenópteros; na indústria, prosperidade, paz e amor dos ninhos de formigas e colmeias de abelhas. Estes são os tipos de vida mais socializados, próximos ao nosso, e são femininos (RODGERS, 2008, p.159)

A autora entendia a feminilidade enquanto estágio mais avançado de evolução e, atestando a superioridade feminina, situava os machos em completa submissão ao escrever:

Qual negligência de esposas pode ser comparada com os machos desprezados, a morte não noticiada dos zangões, famintos, expulsos, cercados em cera, mantidos apenas pela momentânea função sexual, e que sequer são necessários para tal! (RODGERS, 2008, p.160)

6. A queda dos insetos sociais

Até aqui se buscou mostrar como certa proximidade entre humanos e insetos sociais serviu de base comparativa. Mais do que isso, de que modo diversos contextos políticos humanos entenderam os insetos sociais de modos diversos, e, inversamente, como os insetos sociais foram compreendidos e seus fenômenos derivados em conclusões e normatividades para a política humana.

Entretanto, ao menos no Ocidente, os insetos sociais não mais desfrutaram de grande lugar de destaque enquanto modelo ou proximidade em relação aos humanos. No livro já citado, Rodgers (2008) salienta que os insetos sociais perderam grande parte de seu poder de influência sobre a teoria social durante o século XX. No mesmo diapasão, Ferreira (2017) argumenta que a proximidade entre humanos e insetos sociais se perdeu a partir do momento em que o darwinismo e a taxonomia com base na história evolutiva se estabeleceram nas ciências naturais. Uma vez que os humanos foram “primatizados”, sua proximidade e potencial de comparação passou a ser dar sobretudo com os mamíferos, e principalmente, com os demais primatas (FERREIRA, 2017). Nessa esteira, o autor observa que a reconfiguração do “humano” – passando de uma versão essencializada e marcadamente cristã de humano para aquela animal e biológica tal qual

preconizada pela ciência – derivou em uma reconfiguração da classificação dos animais políticos, i.e., se os gregos politizavam as formigas e abelhas, os cientistas de hoje politizam os demais primatas.

Não é por acaso que os estudos mais recentes sobre os limites entre o humano e o animal ou sobre a presença de características sociais e culturais em animais focam principalmente nos demais primatas (cf. Haraway, 1989), como pode ser percebido, por exemplo, nos chamados *Animal studies* (salvo algumas exceções como estudos no campo da sociobiologia que entende as sociedades de insetos como objeto comparável às sociedades humanas).

7. Repensando os humanos, repensando os outros animais

Nesse sentido, o caso dos insetos sociais aqui abordado se insere em uma discussão antropológica mais ampla, onde as relações humano-animal revelam não apenas variações no tempo e no espaço (diferentes contextos culturais), mas, no limite, borram as próprias categorias “humano” e “animal”. A “queda” dos insetos sociais enquanto ponto de comparação política animal parece revelar uma transição da própria concepção de humano no ocidente, onde, conforme já ressaltado, os humanos passaram a ser sistematicamente comparados com outros primatas e mamíferos.

De fato, a transformação do humano em “mamífero” ressoa e se alinha com a crítica de Descola aos defensores dos direitos dos animais, que na verdade defendem apenas os direitos de alguns grupos animais, principalmente mamíferos e aves. Nas palavras do autor:

[...] na prática, as manifestações de simpatia pelos animais são ordenadas em uma escala de valor – geralmente inconsciente, mas totalmente explícita em alguns animal philosophers (Singer 1989; Regan 1983) – cujo ápice é ocupado pelas espécies percebidas como as mais próximas do homem em função de seu comportamento, fisiologia, faculdades cognitivas ou da capacidade que lhes é atribuída de sentir emoções. Naturalmente, os mamíferos são os mais bem aquinhoados nessa hierarquia do interesse, e isso independentemente do meio onde vivem. Ninguém, assim, parece se preocupar com a sorte dos harenques ou dos bacalhaus, mas os golfinhos, que com eles são por vezes arrastados pelas redes de pesca, são estritamente protegidos pelas convenções internacionais. Quanto às medusas ou às tênias, nem mesmo os membros mais militantes dos movimentos de liberação animal parecem conceder-lhes uma dignidade tão conseqüente quanto a outorgada aos mamíferos e aos pássaros (DESCOLA, 1998, p.23-24)

Desse modo, a bandeira contra o especismo – isto é, a discriminação negativa de algumas espécies em relação às outras – parece privilegiar a defesa de algumas espécies em relação às outras (por mais nobre que a causa seja). Assim, esse ponto se desdobra e revela o caráter subjetivo das classificações – afinal, por que um golfinho recebe maior atenção e cuidado do que uma tênia? De certo modo, observa-se que os movimentos sociais atuais em defesa dos direitos dos animais e contra o especismo são ancorados em uma concepção específica de “humano” e “animal”.

Entretanto, esse padrão de especismo e cuidado aos animais varia largamente de acordo com os grupos sociais e contextos históricos. Conta Thomas (1988), ainda que a carne de cavalo

fosse apreciada em várias regiões da Europa, seu consumo era impensável na Inglaterra pré-industrial onde estes animais tinham estreita relação com os seus donos, e o mesmo valia para os cães de caça nos ambientes aristocráticos. Em grande parte da Índia, onde se cultiva a religião hindu e seu sistema de reencarnações, ocorre o chamado fenômeno da “vaca sagrada”, onde as vacas são consideradas como animais próximos aos humanos, e por isso, não fazem parte do cardápio local (em contraste com o menu ocidental) (HARRIS, 1991). Da mesma maneira, argumenta Descola no artigo já citado (1998), o aparente “sentimento de culpa” do caçador ameríndio é na verdade o simples respeito para com um igual, para com um humano vestido temporariamente em uma pele animal (levando-se em conta o multinaturalismo ou perspectivismo ameríndio descrito por Viveiros de Castro (2002). A compreensão de animais enquanto semelhantes é também observado em outros contextos, como por exemplo entre os Yukaghirs da Sibéria, onde os caçadores se engajam em um processo de sedução da caça, e, para tal, seus corpos seguem uma série de tabus com o intuito de “transformarem” seus corpos em semelhantes aos das presas (WILLERSEV, 2012).

Em última análise, a literatura antropológica aponta que a própria humanidade da relação humano-animal parece ser menos precisa e perene do que se costuma crer, e além disso, condiciona ou influencia o modo em que os outros seres vivos são pensados ou vividos. Portanto, tendo em vista essa linha de pensamento, no caso específico dos insetos sociais explorado por este artigo, as relações humano-animal podem guiar o olhar antropológico para o que se pensa no ocidente enquanto humano, trabalho, sociedade, política, natureza, masculinidade/feminilidade – entre outros.

8. Considerações finais

Mas o que essas relações entre insetos sociais e humanos nos ensinam? Em primeiro lugar, buscou-se mostrar que um mesmo “objeto” ou fenômeno – a vida social e a política dos insetos – pode ser interpretado e utilizado retoricamente das mais diversas maneiras. Mais ainda, os próprios contextos e individualidades humanas podem condicionar ou influenciar o modo de ver estes insetos. E, inversamente, a própria relação (física, imaginária) com os insetos sociais pode afetar a vida social dos humanos (conforme a tese defendida por Rodgers, já explicitada). As narrativas partem de ambos os polos e, para além de uma mera representação, essas consolidam e alteram o modo de ver o mundo.

De forma um pouco mais distanciada, vê-se que a própria aproximação entre insetos sociais e humanos é contingente e dependente de uma determinada concepção de humanidade e de socialidade desses insetos. Se as comparações com as abelhas e formigas já não são tão frequentes quanto antes, parece haver aí um sinal de transição epistemológica no que concerne ao humano. Enfim, penso que as narrativas sobre os insetos sociais sejam “boas para pensar” (com o perdão da repetição) e podem revelar questões e pontos de vista caros às ciências sociais, tais quais os discutidos ao longo do artigo. 🌀

NOTAS

* Estudante à época do 10º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: hugo.decf@yahoo.com.br

[1] Na versão original: “Here subterranean works and cities see; There towns aerial on the waving tree. Learn each small people’s genius, policies, The ant’s republic, and the realm of bees: How those in common all their wealth bestow, And anarchy without confusion know; And these for ever, though a monarch reign, Their separate cells and properties maintain”.

[2] Na versão original: “So that the Male-Bee is not only of great use but of absolute necessity, not only to the Being but to the well-being of the Colony of Bees”.

[3] Na versão original: “Why must the female be Crowned with Honor and regal Dignities, and all the Ensigns of Royalty; when at the same time the Males are degraded, treated with the utmost Contempt, triumphed over, and trampled upon by the Populace and Commonality; expelled and banished, and, in a word, slain without mercy? or have these Gentleman quite forgot what they were taught when school-boys, that the Masculine Gender is more worthy than the female?”.

REFERÊNCIAS

BENITO, Miguel Saralegui. La colmena como metáfora política: crítica y fascinación de Hobbes por el naturalismo aristotélico. **Revista de estudios políticos**, n. 160, p. 199-228, 2013.

DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, v.4, n.1, p. 23-45, 1998.

DESCOLA, Philippe. **Beyond nature and culture**. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

DROUIN, Jean-Marc. Ants and bees: between the French and the Darwinian revolution. **Ludus Vitalis**, v. 13, n. 24, p. 3-14, 2005.

GOULD, Stephen Jay. **A galinha e seus dentes**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FERREIRA, Hugo. Antes do Pós-humano: insetos sociais, mamíferos superiores e a (re) construção de fronteiras entre os humanos e os animais na modernidade. **Ilha do Desterro, A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies**, v.70, n.2, p. 15-28, 2017.

HARAWAY, Donna J. **Primate visions**. New York: Routledge, 1989.

HARRIS, Marvin. **Cannibals and kings: The origins of cultures**. New York: Vintage, 1991.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: Senhora, 2009.

MANDEVILLE, Bernard de. **A fábula das abelhas**. [1714]; 1994. Disponível em: www.braudel.org.br/publicacoes/bp/bp05_pt.pdf. Acesso em 8 jan. 2015.

MORLEY, Neville. Civil war and succession crisis in Roman beekeeping. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, v.56, n. 4, p. 462-470, 2007.

PLATÃO. **Fedão**. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia). Homepage do grupo: <http://br.egroups.com/group/acropolis/>. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Platao-Fedon.pdf>. Acesso em 18 out. 2015.

POPE, Alexander. **Essay on man**. Editado por Henry Morley e publicado no âmbito do Projeto Gutenberg, 2007. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/2428/2428-h/2428-h.htm>.

PRETE, Frederick R. Can Females Rule the Hive? The Controversy over Honey Bee Gender Roles in British Beekeeping Texts of the Sixteenth-Eighteenth Centuries. **Journal of the History of Biology**, v. 24, n. 1, p. 113-144, 1991.

RODGERS, Diane. **Debugging the link between social theory and social insects**. Baton Rouge: LSU Press, 2008.

THE ADVERTISER. **Socialism among bees**. 20 de junho de 1908. Disponível em: <http://trove.nla.gov.au/newspaper/article/5153204>. Acesso em 30 set. 2016.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena**. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia, p. 345-399. Editora Cosac Naify, 2002.

WILLERSLEV, Rane. Percepções da presa. Caça, sedução e metamorfose entre os Yukaghirs da Sibéria. *Anuário Antropológico*, 2012, II: 57-75.

Recebido em 30/09/2016

Aprovado em 06/10/2017